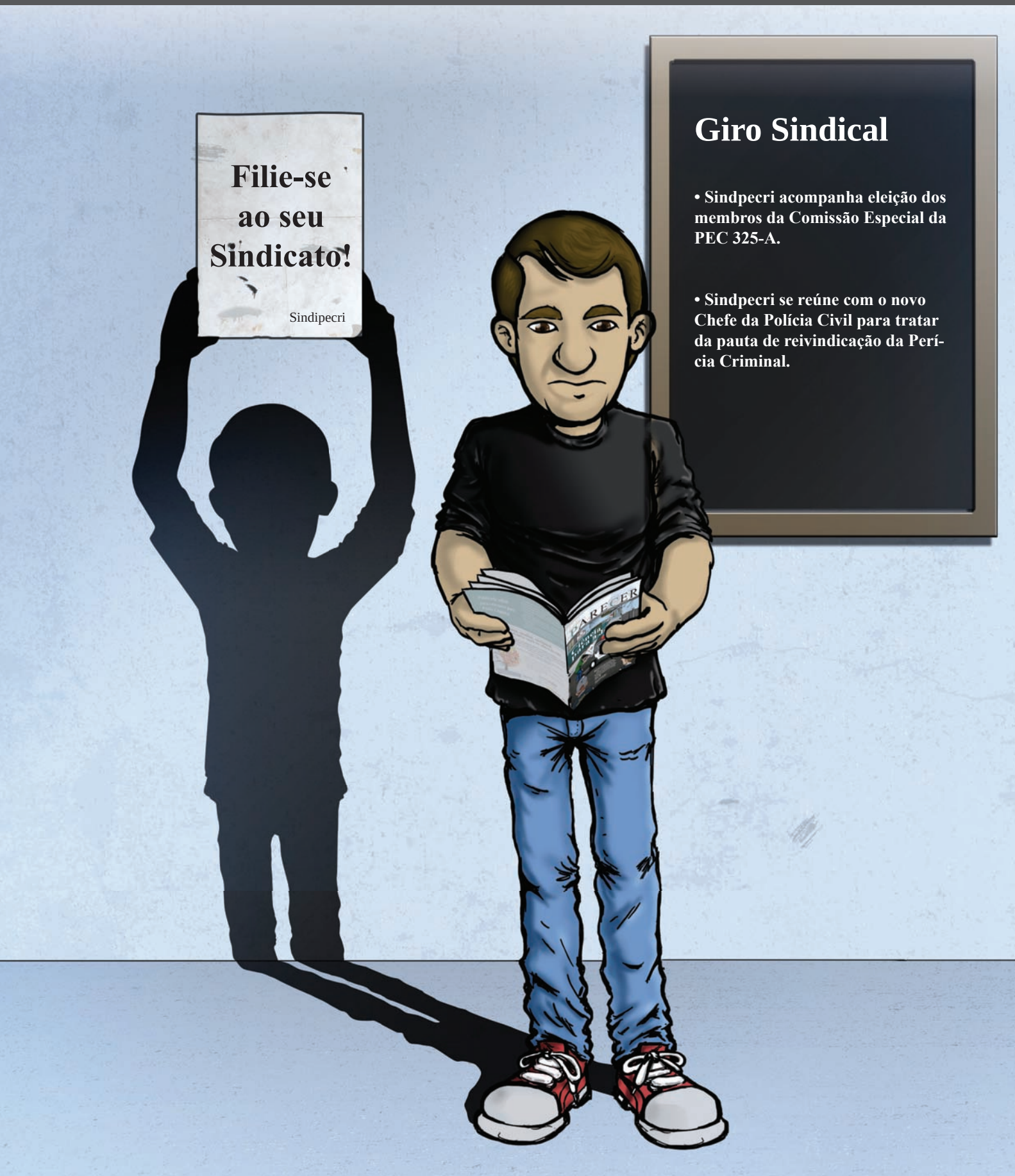
ANO II • EDIÇÃO 3

PARECER

Revista do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Minas Gerais (SINDPECRI)



Giro Sindical

• Sindpecri acompanha eleição dos membros da Comissão Especial da PEC 325-A.

• Sindpecri se reúne com o novo Chefe da Polícia Civil para tratar da pauta de reivindicação da Perícia Criminal.

SINDICATO EM AÇÃO

Editorial

Wilton Ribeiro de Sales
Presidente do Sindpecri/Diretor-Coordenador do Estado de Minas Gerais da Feipol - Sudeste

Peritos,

É importante a adesão a um Sindicato que representa a sua categoria. Quanto maior o número de peritos filiados, maior será a nossa representatividade e nosso poder de negociar junto aos órgãos do Governo. Uma base sindical forte é estratégia crucial para estabelecer acordos atinentes a nossa carreira, nosso salário e nossos direitos.

Com o apoio dos colegas nessa luta, a equipe do Sindpecri almeja ampliar sua assistência jurídica gratuita (por meio do trabalho já realizado pelo escritório Machado Advocacia Empresarial) com ações individuais e coletivas, além de estender sua rede de serviços e ser um importante ator nas negociações com o governo.

Sindicato forte pressupõe o usufruto de uma liberdade sindical e política com autonomia para decisões a serem convertidas em benefícios para categoria. Atingir esse objetivo é a proposição do Sindpecri. Para tanto, o Sindicato conclama todos os peritos à ação: o ato individual de filar-se constitui-se a primeira expressão de luta. Somadas as ações individuais, seremos cada vez mais forte.

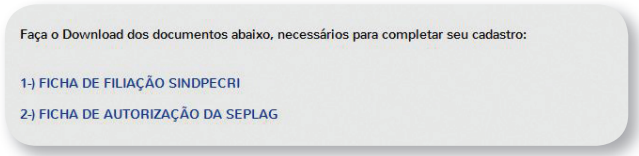
Filie-se!
Quanto maior a participação da categoria, maior será a força da entidade.

Filie-se ao Sindpecri.

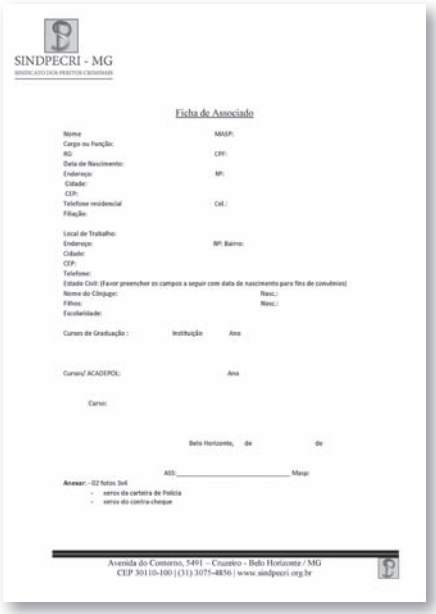
Passo a Passo

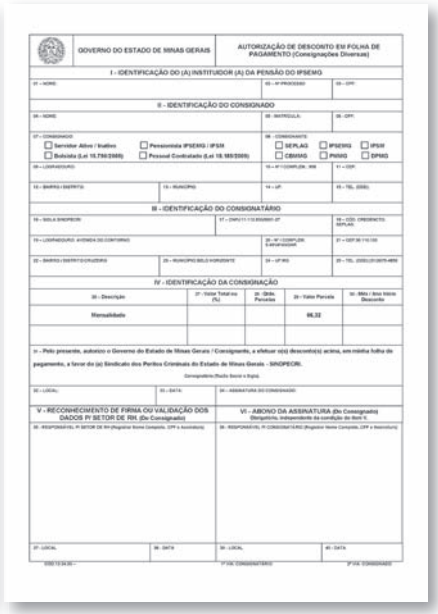
Passo 1 - Acesse o formulário online disponível no site do Sindicato, preencha os campos Nome, Celular, E-mail e Telefone e depois clique em Enviar.

Passo 2 - Após o envio, será aberta uma nova página. Nesta página, o colega perito fará o download da ficha de filiação do Sindpecri e da autorização da Seplag. Caso não seja possível fazer o download da documentação necessária, entre em contato conosco por meio do telefone (31) 3295.4177 ou administracao@sindpecri.org.br



Passo 3 - As fichas deverão ser devidamente preenchidas e assinadas e encaminhadas para a Sede do Sindpecri. Endereço: Rua Monsenhor Domingos Pinheiro, nº 76, Bairro Calafate. Cep: 30 180 070





EXPEDIENTE

Edição e Produção
Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Minas Gerais-SINDPECRI
Rua Monsenhor Domingos Pinheiro, 76
Calafate, Belo Horizonte
www.sindpecri.org.br

Diretoria
Presidente: Wilton Ribeiro de Sales
Vice-Presidente : Evandro Mendes Moreira Filho
Secretária-geral: Andrea Campos Dias
Tesoureiro: Eder Márcio Mascarenhas
Diretor-Suplente: Eldilberto Colares de Oliveira

Conselho Fiscal
Camila Arlen Diniz Jardim
Gerson Ângelo José Câmpera
Flávia Armane Vasconellos

Jornalista Responsável:
Naiane Almeida / MG 14706 JP
Projeto Editorial, Edição e Redação:
Naiane Almeida • nalmeidacomunicacao@gmail.com
Fotos: Naiane Almeida e Arquivo
Ilustração\Charge: Lucas Ribeiro
lucasilustrador@gmail.com

Projeto Gráfico e Diagramação
Glück • www.gluckbh.com
contato@gluckbh.com

Sindpecri e Acemg

levam pauta de reivindicações ao novo Chefe da Polícia Civil

Da esquerda para direita: Conselheiro da Polícia Civil, Joaquim Francisco Neto e Silva, presidente do Sindpecri, Wilton Ribeiro de Sales, Chefe da Polícia Civil, Oliveira Santiago e o presidente da Acemg, Walney José de Almeida.

Em busca de melhores condições de trabalho para o exercício da perícia criminal, no dia 16.4.2014, o presidente do Sindpecri, Wilton Ribeiro de Sales, e o presidente da Acemg, Walney José de Almeida, reuniram-se com o novo Chefe da Polícia Civil, o Dr. Oliveira Santiago, e seu conselheiro, o Dr. Joaquim Francisco Neto e Silva, para tratarem da pauta de nossa categoria, demonstrando a necessidade e a viabilidade do atendimento às nossas reivindicações. Veja:

Viaturas para Perícia

Questionado por nossos representantes da necessidade de viaturas, principalmente, para o interior mineiro, Dr. Oliveira disse à época que nos próximos dias seriam destinados carros para Perícia mineira (capital e interior).

Novos equipamentos e a construção de um novo IC

Diante da falta de condições de trabalho relativas a espaço físico e ventilação no Instituto de Criminalística e a necessidade de equipamentos fundamentais para realização do trabalho pericial, o Sindpecri e a Acemg pediram uma atenção especial e apoio para a construção de um novo IC e aquisição de novos aparelhamentos. Oliveira assegurou às nossas entidades que negociará com o governo a fim de solucionar o problema.

Concurso Perito

Em decorrência da falta de pessoal hoje na perícia, nossas entidades requisitaram ao novo Chefe que sejam convocados os excedentes do concurso de 2013 para novo curso de formação. Atento às nossas demandas, Oliveira afirmou na oportunidade que, em razão do pouco tempo desde a sua posse, não recebeu nenhuma informação acerca do concurso, mas que, tão logo tenha conhecimento sobre os termos do edital do concurso e dados relativos às nomeações, informará à categoria por meio do Sindpecri e da Acemg.

Durante a reunião, o Sindpecri e a Acemg, com intuito de manterem aberto o canal entre o governo, Chefia de Polícia e os peritos criminais, requereram à nova Chefia a permanência do Superintendente de Polícia Técnico-Científica, Gilmar Mendes, e do diretor do Instituto de Criminalística, Marco Paiva, à frente da Polícia Técnico- Científica.

Até o fechamento desta edição, a assessoria do Sindpecri não teve retorno da pauta de reivindicação.

No mais o Sindpecri e a Acemg parabenizam e apoiam o novo Chefe da Polícia Civil, Oliveira Santiago, por sua brilhante atuação e empenho despendidos em benefício da Polícia Civil de Minas Gerais desde seu ingresso nos quadros da Policia Civil.

PEC 325A

Presidente da Câm
institui comissão especial para apre

Partidos indicam nomes para a comissão especial

No dia 29 de abril, o Presidente do Sindpecri e o Presidente da Acemg acompanharam a eleição dos membros da Comissão Especial (já designados pelo presidente da Câmara, na forma indicada pelas lideranças) que apreciarão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 325/2009, que desvincula a Perícia Oficial Criminal das polícias, tornando-a uma instituição independente e essencial à segurança pública, conforme prevê o artigo 144 da Constituição Federal.

Durante o encontro, foi eleito para presidir a comissão o deputado Otoniel Lima (PRB-SP). Para primeiro, segundo e terceiro-vices foram eleitos, respectivamente, os deputados Alexandre Santos (PMDB-RJ), Efraim Filho (DEM-PB) e Ademir Camilo (PDT-MG). Já a relatoria da proposta foi designada ao deputado Alessandro Molon (PT-RJ). A primeira reunião da comissão realizou-se na quarta-feira, 7 de maio, na Comissão de Constituição e Justiça - CCJ da Câmara dos Deputados.

Da esquerda para direita: presidente da Acemg, Walney José de Almeida, presidente da ABC, Bruno Telles, presidente da APCF, Carlos Antônio Almeida de Oliveira, deputada federal, Jô Moraes, presidente do Sindpecri, Wilton Ribeiro de Sales e o deputado Otoniel Lima.

Deputado Otoniel Lima com os representantes da ABC, da APCF, do Sindpecri e da Acemg.

Da esquerda para direita: presidente do Sindpecri, Wilton Ribeiro, presidente da ABC, Bruno Telles, deputado Efraim Filho, presidente da Acemg, Walney José de Almeida, e o deputado Otoniel Lima.

PEC 325A

ara dos Deputados
ciar e proferir parecer à PEC 325A

Sindicato e Associações da Perícia Oficial Criminal mobilizam-se pela aprovação da PEC

No mês de abril, com parlamentares em Brasília, dentre os mais importantes, o senador Aécio Neves, a Associação Brasileira de Criminalística - ABC, representado pelo presidente Bruno Telles, o Sindpecri, pelo presidente Wilton Ribeiro de Sales, e a Acemg, pelo presidente Walney José de Almeida, além de vários outros dirigentes estaduais da categoria dos Peritos Oficiais Criminal foram recebidos pelo deputado federal Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara, que decidiu (depois de ouvir os representantes das entidades) constituir a Comissão Especial para apreciar e proferir parecer ao Projeto de Emenda Constitucional 325-A. Na ocasião, o presidente da Câmara designou os membros que comporão a comissão especial e agendou para o dia 22 de abril o início dos trabalhos.

Convocados pelo presidente da Associação Brasileira de Criminalística, Bruno Teles, os presidentes do Sindicato dos Peritos Criminais de Minais Gerais - Sindpecri e da Associação de Criminalística de Minas Gerais - Acemg, respectivamente, Wilton Ribeiro de Sales, e Walney José de Almeida, juntamente com os representantes de classe de outros estados (Associação dos Peritos Crimimais do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, Associação dos Peritos Criminais Federais - APCF, Sindicato dos Peritos Oficiais e Auxiliares do Paraná - Sinpoapar, Associação Cearense de Criminalística - ACC, Sindicato Peritos Criminalísticos da Bahia - ASBAC, Associação Esp. Santense Peritos Criminais - AEPC, Associação de Peritos do Estado de Pernambuco -Apjep, Sindicato dos Peritos Oficiais Criminais do Estado de Mato Grosso - SINDPECO, Associação Peritos Oficiais do M. Grosso do Sul - APOMS, Associação Peritos Criminalísticos de Goiás - ASPEC, Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo- Sinpcresp) estiveram reunidos em Brasília entre os dias 7 e 9 de abril com objetivo de imprimir maior celeridade à tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 325-A de 2009 de autoria do deputado Valtenir Pereira (PSB-MT).

Ao centro o Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, juntamente com representantes Estaduais dos Peritos Criminais.

(ao centro) o presidente do Sindpecri - Wilton Ribeiro de Sales- e o Presidente da Acemg -Walney José de Almeida - e demais presidentes das entidades estaduais dos Peritos Criminais.

PEC 325A

Recordar é viver!

Otoniel Lima cobra indicação dos membros da Comissão Especial

Em setembro do ano passado, o deputado Otoniel Lima ja havia solicitado os lideres da bancada a indicação dos membros da Comissão Especial e aprovação urgente da PEC 325-A:

"O SR. OTONIEL LIMA (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir novamente aos Líderes de bancadas nesta Casa, do PT, do PMDB, do PSDB, do PSD, do PR, do PSB, do DEM, do PDT, do PV, do PSC, do PCdoB, que indiquem os membros da Comissão Especial referente à Proposta de Emenda à Constituição nº 325-A, de 2009, que trata da perícia oficial de natureza criminal.

Quero pedir ao Presidente Henrique Eduardo Alves que manifeste aos Líderes a importância, Deputado Arlindo Chinaglia, Líder do Governo, de aprovarmos a PEC 325/09.

Os integrantes da perícia criminal, da polícia técnico-científica do Brasil inteiro estão esperando a aprovação dessa PEC, para que possam novamente ser enquadrados no art. 144 da Constituição Federal.

Nós estamos às vésperas de eventos importantes, Copa do Mundo, Olimpíadas. Ocorrem delitos de natureza criminal todos os dias, e a polícia científica precisa da votação da importantíssima PEC 325/09. Vamos evitar que essa categoria decida pela paralisação, Sr. Presidente, porque isso traria prejuízos para todo o Brasil.

Peço aos Líderes que, por favor, analisem essa PEC, indiquem os membros da Comissão, para que possamos, ainda no mês de outubro, votar a PEC 325, que está nesta Casa desde 2009, Sr. Presidente, à espera de aprovação. Essa PEC, relativa à polícia técnico-científica de todo o Brasil, é muito importante.

Muito obrigado."

Fonte: Câmara dos Deputados

IMPORTANTE SABER!

Projeto Emenda Constitucional desvincula Perícia Criminal da Polícia Civil

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 325/09, do deputado Valtenir Pereira (PSB-MT), desvincula a perícia criminal das polícias, tornando-a uma instituição independente, como a Advocacia Pública e a Defensoria Pública.

De acordo com o deputado, no plano funcional, a autonomia da perícia produzirá mais isenção na produção da prova técnica e, no plano administrativo, vai garantir prioridades de investimentos.

O deputado Valtenir Pereira (PSB-MT), autor da proposta, entende que a perícia criminal é essencial "para o andamento e a eficácia do sistema judiciário porque indica elementos, indícios e provas de ocorrências de crimes, alimentando o processo" e, para isso, a "autonomia da perícia produzirá mais isenção na produção da prova técnica e, no plano administrativo, garantirá prioridades de investimentos".

A proposta determina que o cargo de Perito seja desempenhado por servidor público concursado e que sua função, reconhecida como típica de estado.

Fonte: Câmara dos Deputados

Estados em que a Polícia Técnico-Científica é desvinculada da PC

No Brasil, 18 Estados já possuem autonomia pericial, sendo que o pioneiro foi Rio Grande do Sul, em 1989. Nos Estados Unidos, a desvinculação acontece de forma gradual e tem apoio do Institute of Forensic Science. Na Europa, a mudança na estrutura da criminalística aconteceu há décadas e é onde se encontram os países que mais solucionam homicídios, chegando a mais de 90% na Inglaterra. Com informações ABC/ Proativa Comunicação

Peritos mineiros decidem durante a AGE sobre o modelo ideal de autonomia

No dia 4 de abril de 2013, os Peritos Criminais de Minas Gerais deliberaram em AGE dois tipos de modelo para a autonomia da Perícia Oficial Criminal Mineira:

- no âmbito estadual, os Peritos Criminais Oficiais continuam a fazer parte do quadro da Polícia Civil, conquanto a Superintendência de Polícia Técnico-Científica seja dotada de orçamento próprio e tenha a responsabilidade, em todos os âmbitos, pelos assuntos referentes aos Peritos Criminais, os quais seriam diretamente subordinados à referida Superintendência.

- na esfera federal, sendo aprovado a PEC 325 - A e a "Lei Geral das Polícias", nos quais a Polícia Técnico-Científica se desvinculará da estrutura da PC, os Peritos Criminais comungam da opinião de que, neste modelo de autonomia, os Peritos Criminais mineiros mantenham as garantias já conquistadas, entre elas a aposentadoria especial, porte de arma e paridade (salarial) entre inativos e ativos.

Nomeados os coordenadores da Polícia Técnico- Científica de Minas Gerais

Portaria Conjunta002/2014, publicada em abril, regulamenta a função das coordenadorias regionais de criminalísticas
Luta do Sindpecri e da Acemg em prol da Perícia Oficial ganha corpo com a nomeação dos coordenadores responsáveis pelas seções técnicas de criminalística

No dia 15 de abril, a Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Minas Gerais publicou a Portaria Conjunta nº 002/2014, que dispõe sobre função das Coordenadorias Regionais de Criminalística, no âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica.

A partir de agora, o Perito Criminal, Coordenador da Coordenadoria Regional de Criminalística, escolhido entre os Chefes de Seções Técnicas Regionais de Criminalística é responsável pela gestão, direção, organização, controle, supervisão, avaliação, coordenação de ações, além de regular o funcionamento da Coordenadoria Regional de Criminalística e da Seção Técnica Regional de Criminalística.

A escolha dos coordenadores ocorreu no início deste ano com a publicação feita pela Superintendência de Polícia Técnico-Científica, conforme determina o inciso XI do art. 22 da Lei Completar n° 129: hoje é um coordenador para cada departamento da PCMG, entre os Chefes das Seções Técnicas Regionais de Criminalística, o qual se reportará ao Chefe de Divisão de Perícia do Interior.

Essa vitória, construída sobre pilares sólidos, alegações contundentes e exaustiva negociação, é fruto de um forte trabalho político realizado pelo Sindpecri e pela Acemg A diretoria do Sindpecri parabeniza os peritos criminais relacionados abaixo por sua nomeação ao cargo de coordenador:

2º DEPPC/Contagem, Adriane de Jesus Marinho.
3º DEPPC/Vespasiano, Ana Luiza Ferreira Pinto Moreira.
4º DEPPC/Juiz de Fora, Antônio Carlos de Almeida Monteiro Filho.
5º DEPPC/Uberaba, Danielle Lopes de Aquino.
6º DEPPC/Lavras, Cláudio Vilela Rodrigues.
7º DEPPC/Divinópolis, Rinaldo Décio de Faria Junior.
8º DEPPC/Valadares, Hermes Alves Ribeiro.
9º DEPPC/Uberlândia, Eduardo Siquieroli.
10º DEPPC/Patos de Minas, Reginaldo Cadete Braga.
11º DEPPC/Montes Claros, Randolfo Diniz Rabelo.
12º DEPPC/Ipatinga, Roberto Ferreira Correa.
13º DEPPC/Barbacena, Luiz Carlos Mendes Pereira.
14º DEPPC/Curvelo, Cássia Valéria Silva.
15º DEPPC/Teófilo Otoni, Emerson Figueiredo e Souza.
16º DEPPC/Unaí, Fabiano Marques da Silva Santos.
17º DEPPC/Pouso Alegre, Elieber da Silva Teixeira.
18º DEPPC/Poços de Caldas, Adriane Costa Pfeiffer.

Presidentes do Sindpecri e da Acemg acompanham a nomeação dos novos peritos em Minas

A consolidação parcial de uma luta pela valorização da Perícia Oficial Criminal. Esse foi o sentimento de nossos representantes durante a solenidade de nomeação de 108 peritos, presidida, na noite do dia 19 de maio, pelo governador Alberto Pinto Coelho. Na ocasião, o governador considerou a formatura como "um marco muito especial do resgate da nossa Polícia Civil, quer seja nos seus quadros, quer seja nos equipamentos indispensáveis para o exercício da profissão". Durante seu pronunciamento, diz ter feito parte dos quadros da Polícia Civil como Perito Criminal no período de dois anos, atuando na seção técnica de crimes contra o Patrimônio e reconheceu a necessidade se ter uma perícia equipada, isenta, e com profissionais qualificados para a materialização da prova do crime, subsidiando à justiça de provas contundentes à punição do infrator e à garantia do estado democrático de direito.

Os novos colegas peritos criminais aprovados no último concurso (2013) vêm para somar com os 525 peritos em atuação em Minas. A Lei 129/2013 prevê um quadro de 903 peritos. Atualmente, os setores que trabalham em esquema de plantão contam com apenas dois profissionais por seção para atender, por exemplo, Nova Lima e Região Metropolitana. A previsão, segundo o Diretor do IC, Marco Paiva, conforme entrevista para o jornal "O Tempo" no início deste ano, é da criação de mais 216 vagas, porém ainda sem previsão (veja na página 8 a entrevista do diretor do IC para o Sindpecri).

Sindpecri e Acemg, representados pelos presidentes, Wilton Sales e Walney Almeida. Atrás, os formandos.

Investimento

O Núcleo Integrado de Perícias, que integrará o Instituto Médico Legal (IML) e o Instituto de Criminalística (IC), será construído na região da Gameleira, com previsão de entrega em 2015. O projeto propõe ações para o aprimoramento tecnológico das instalações e dos equipamentos, bem como a uniformização dos processos da perícia legal e criminal em Minas Gerais. Nas cidades de Juiz de Fora, Uberlândia e Uberaba estão previstas obras para a instalação de Postos e Perícia Integrada (PPI). Em Uberaba, as obras já estão na fase final. Com informações Via Comercial

ENTREVISTA

Diretor do Instituto de Criminalística desde outubro do ano passado, Paiva tem se dedicado à melhoria da qualidade do serviço pericial em Minas Gerais, estendendo suas linhas de atuação dentro das limitações técnicas da Perícia. "Neste ano temos dado prosseguimento ao nosso projeto de integração da Polícia Científica com os demais órgãos de segurança pública, dentre os quais destacamos PMMG, PRF, PF, MP, ALMG e TJMG."

Marcos é perito criminal há 21 anos e engenheiro civil. Durante seu primeiro ano de serviço, Paiva foi lotado na comarca de Três Corações, mas desde 93 trabalha no Instituto de Criminalística (IC) em Belo Horizonte.

Quais as mudanças já realizadas na Perícia Criminal em Minas nos primeiros meses deste ano?

Neste ano temos dado prosseguimento ao nosso projeto de integração da Polícia Científica com os demais órgãos de segurança pública, dentre os quais destacamos Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, Polícia Rodoviária Federal - PRF, Polícia Federal - PF, Ministério Público - MP, Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG e Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG. Temos procurado, no âmbito de cada competência, mostrar as possibilidades e as limitações técnicas da Perícia. Com isso, as solicitações das perícias se tornam mais eficazes.

Já tivemos a oportunidade de proferir aproximadamente 12 palestras às unidades da Polícia Militar sobre preservação de local de crime. Recebemos a visita de importantes atores da segurança pública dos quais destacamos o amigo Cel. Antônio de Carvalho Pereira, comandante Comando de Policiamento Especializado da Polícia Militar de Minas Gerais - CPE/PMMG; Promotores de Justiça: Dr. Jorge Tobias e Dra. Maria de Lourdes Santa Gema; e o Secretário de Estado e Defesa Social, Rômulo Ferraz. Estamos aguardando a visita agendada do Dep. João Leite e do Inspetor Walder da PRF.

Além desse trabalho destacamos o nosso empenho na implementação de nossa Central de Constatação de Drogas. Com a implantação deste projeto em parceria com a PMMG e apoio do MP daremos celeridade aos atendimentos e a qualidade técnica determinada pela Organização das Nações unidas - ONU. Assim, os laudos, além de mais céleres, serão incontestes. Já que serão produzidos em ambiente adequado sob condições controladas de qualidade.

Por fim, destacamos o planejamento estratégico. Trabalho árduo que tem contato com o empenho e dedicação de colegas como Dra. Daniela Rodrigues Caldas, Dra. Carla Rogéria Lopes Vieira, Dra. Glauce Lemos, Dra. Cristina Zapalla e Dr. Cláudio Vilela. Pretendemos, em conjunto com o IML, traçar projetos de integração com a PCMG e novas diretrizes para o futuro da polícia científica.

É de conhecimento que mesmo com a entrada de novos peritos o quadro da perícia continuará defasado. Nesse contexto, há previsão para novas vagas ainda este ano? Quando seria?

Sem dúvida é inegável a crítica situação em que a Perícia se encontra no que tange ao seu quadro de Peritos. Entendemos, contudo, que estas é uma demanda de toda a Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG. Contudo, o nosso quadro, mesmo com o concurso atual ainda não atingiremos dois terços de nossas vagas. Nossa preocupação é que se nos limitarmos aos 95 Peritos não teremos condições de cumprir os compromissos assumidos para a Copa do Mundo, conforme já informamos à PCMG e não atenderemos à demanda de 40 horas semanais obrigatórias. Isso, aliás, tem sido um problema sério, uma vez que os Peritos têm trabalhado em jornadas muito maiores, em desacordo com a nova Lei Orgânica da Polícia Civil e tem gerado ações judiciais contra o Estado.

Mas, não podemos deixar de compreender que as demandas do Estado são muitas e não tem faltado empenho por parte de nossos governantes no sentido de atender às nossas demandas. Creio que o mais rápido possível seremos atendidos e a excelência do trabalho se consumará.

Até 2015 o Núcleo Integrado da Perícia deve abrigar o Instituto de Criminalística - IC e o Instituto de Medicina Legal - IML na mesma área. Como será realizada essa integração? O Núcleo Integrado funcionará em um novo endereço? Qual?

Existe um grande projeto em curso para a construção do denominado NIP: Núcleo Integrado de Perícias. Esse NIP será edificado em um terreno ao lado do IML. O objetivo é promover a aproximação física entre os órgãos, uma vez que a aproximação administrativa e funcional de uma forma geral já ocorre. Hoje, podemos dizer que o IML é uma extensão do IC e vice-versa.

Contudo, como dito, o Estado passa por um momento delicado sob o ponto de vista financeiro, reflexo de uma gestão Federal deficitária. Mesmo com a incomparável capacidade gestora do nosso Estado, os recursos têm sido pequenos. Entendemos que seremos atendidos, uma vez que essa união física é mais um passo no sentido do alcance da excelência da Prova Técnica. Sendo essa uma necessidade e social antes de tudo. Minas tem um efetivo técnico de nível incomparável. Nos últimos anos produzimos mais de 70 trabalhos científicos dentre teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias, paineis, artigos científicos, etc.. Uma sede com suporte para a integração dos institutos potencializaria a nossa capacidade e, obviamente, refletiria na qualidade do trabalho prestado à sociedade.

Quais serão as ações conjuntas com a Superintendência para médio e longo prazo para estruturação da Perícia Oficial mineira?

Imaginamos uma perícia totalmente integrada com as forças públicas e principalmente com os demais órgãos da PCMG. Hoje, a perícia ocupa, sob meu ponto de vista pessoal, uma imagem que pode melhorar junto à PCMG. Muitos ainda não nos vêem como um órgão que carrega o nome da Polícia Civil com orgulho. Nos trajes de trabalho de nossos Peritos está escrito Polícia Civil e não Polícia Técnica ou coisa que o valha. Temos orgulho de ser policiais e ser Policiais Civis. Trabalharemos por essa imagem na expectativa de uma igualdade de tratamento por parte de todos. O nosso Chefe de Polícia tem sido um grande exemplo de consideração com a Perícia, além dele outros tantos conselheiros têm empenhando neste tratamento igualitário. Temos visto isso, por exemplo, na tentativa de suprir a demanda por viaturas. Hoje necessitamos de 61 viaturas e esperamos ser contemplados.